

Sintusp realiza Assembleia no Campus de Ribeirão



Na última quinta-feira, 2/3, realizamos uma Assembleia Geral das funcionárias e funcionários do Campus de Ribeirão Preto. Foi um importante espaço de discussão, retomando nossas assembleias de forma presencial. Nesta assembleia foram apresentados também os membros da atual diretoria que são do Campus do Ribeirão, que agora conta com o Samuel, que está no segundo mandato e é também representante da categoria no Conselho

Universitário, a companheira Marília e o David (que não esteve presente por problemas pessoais). Foi feito um cumprimento especial ao companheiro Luís Ribeiro, que foi diretor nas últimas gestões. Houve ainda a participação de diretores do sindicato vindos de São Paulo, que foram os companheiros Alexandre Pariol, Claudionor Brandão, Reinaldo Souza e Waldegiso Galvão.

Organizar a luta para derrotar ataques de Tarcísio ao funcionalismo

Iniciamos a discussão com informes sobre a situação estadual e as ameaças ao funcionalismo público feitas pelo governo Tarcísio. O governador nomeou uma comissão que tem um prazo até meados de março para apresentar uma proposta de “reforma” administrativa para o estado. A julgar pelo exemplo da reforma que Bolsonaro tentou implementar, é provável que essa proposta contenha retirada de direitos históricos do funcionalismo público paulista. Há o receio de que conquistas como quinquênio e sexta-parte estejam em risco. Além da reforma administrativa, o governador de extrema direita eleito não esconde sua sanha privatista, que terá a Sabesp como primeiro alvo e possivelmente outros órgãos estaduais na sequência. Também não é segredo para

ninguém o ódio dos bolsonaristas ao ensino superior público, o que deixa as universidades em alerta sobre possíveis ataques à autonomia universitária e ao financiamento. De imediato, o governador já está atuando no sentido de favorecer as grandes empresas através de desonerações fiscais que irão impactar os recursos que virão para as universidades.

Diante desse quadro, foi dado o informe da realização do Encontro dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo, ocorrido no final de fevereiro, que apontou para a necessidade de organizarmos a luta unificada, com objetivo de construir a **Greve Geral** do funcionalismo, caso o governador queira implementar esses ataques.

Informe Campanha Salarial: é necessário lutar para repor perdas e valorizar menores salários!

Sobre a campanha salarial, demos um resumo das discussões ocorridas até aqui com a equipe técnica do CRUESP. Até o momento ainda não houve reuniões de negociação com os reitores, mas

iniciamos uma discussão sobre os números e projeções financeiras com os responsáveis das áreas financeiras das três universidades.



Dessas reuniões, o único ponto positivo foi a reafirmação do compromisso dos reitores de garantir ao menos a reposição da inflação de março de 2022 até maio de 2023, o que daria algo em torno de 7%. No entanto, esse compromisso está muito longe de garantir a reposição de nossas perdas. De acordo com os cálculos do Fórum das Seis, de maio de 2012 até agora, ou seja, em pouco mais de 10 anos, tivemos o equivalente a 18 meses de salário perdidos com a política de arrocho das universidades. É como se tivéssemos trabalhado 1 ano e meio de graça! Para repor o poder de compra dos nossos salários de maio de 2012, seria necessário um reajuste de pelo menos 23%!

Na discussão com os técnicos das universidades, eles admitem que tem dinheiro, já que as reservas e as sobras orçamentárias nas três universidades foram significativas nos últimos anos. No entanto, fazem projeções que haverá queda do ICMS e que a concessão de reajustes nos valores que o Fórum solicita faria o comprometimento aumentar

acima do que indicam os Parâmetros de Sustentabilidade, cujo limite é de 85% (hoje está em 69%, o mais baixo da História). Com isso, na prática indicam que da parte dos reitores, dificilmente virá, sem luta, uma proposta que recupere nossos salários.

Sobre o tema da valorização dos salários iniciais, que no nosso caso se daria através da nossa proposta de um reajuste de valor fixo para todos, os técnicos sequer fizeram as projeções do impacto no orçamento que o Fórum das Seis solicitou.

Um outro dado importante é que, no caso da USP, o representante da reitoria enfatizou que os 200 milhões que serão gastos com a implementação do auxílio-saúde farão parte dos cálculos de gasto com pessoal (o que legalmente não deveria fazer), o que também impactará nas negociações salariais.

Com base nesse informe, reforçamos na assembleia que para avançarmos na recuperação das nossas perdas e na valorização dos salários iniciais teremos que ir à luta, pois se depender dos reitores a política de arrocho irá continuar.

Auxílio-Saúde gera dúvidas e incertezas, especialmente para os salários mais baixos

O ponto sobre o Auxílio-Saúde foi o que mais gerou debate na Assembleia. Iniciamos com um informe mais geral contextualizando a política de desmonte implementada pelas sucessivas reitorias dos equipamentos públicos de saúde da USP, que é o pano de fundo para agora avançarem numa política privatista, tanto através da implementação de OSs e Fundações privadas para gerenciar o HRAC de Bauru e com propostas nesse sentido para o HU de São Paulo e as UBAS, bem como com a transferência milionária de recursos públicos para as operadoras de Plano de Saúde através do Auxílio-Saúde agora implementado.

Além de denunciarmos o significado privatista dessa política, também apontamos os problemas mais concretos que isso significará para os funcionários. A começar pelo fato de que o que está sendo oferecido sequer é um convênio médico, mas sim um **voucher** para que as pessoas, individualmente, contratem um plano de saúde. E mesmo aqueles planos que a USP irá credenciar, será para assistência básica em atendimentos de nível

secundário. Isso significa que quando as pessoas necessitarem de atendimentos mais complexos, provavelmente terão que procurar o SUS.

Outra questão que foi bastante enfatizada é que atualmente, no caso dos companheiros de Ribeirão e de outros campi do interior, os funcionários têm um serviço médico contratado sem custo nenhum para si e para seus dependentes. Ainda que não seja um Convênio Médico, garante atendimentos básicos sem custos. Pela proposta da USP, mesmo para quem aderir aos planos das empresas cadastradas pela universidade, a depender da idade teria que pagar parte do plano do cônjuge. Isso representa um valor considerável para quem tem salários mais baixos, como os funcionários de nível básico, por exemplo. E no caso de pais, sequer haverá cobertura.

Houve ainda propostas de cobrarmos a reabertura da possibilidade de adesão ao IAMSPE. Sobre isso, há algumas polêmicas no sindicato, e informamos que faremos essa discussão na próxima reunião do CDB, que ocorrerá no dia 10/3.

Ao final da Assembleia, aprovamos realizar reuniões nas unidades para avançarmos na discussão e na mobilização contra os ataques do governo Tarcísio, em defesa dos nossos Salários e também do direito à Saúde.

Realizaremos nova Assembleia Geral do Campus de Ribeirão no final do mês de março, já como parte da rodada de assembleias da Campanha Salarial.

REINTEGRAÇÃO DO BRANDÃO E RETIRADA DOS PROCESSOS!

Sede Fernando Legaspe (Fernandão) Av. Prof. Almeida Prado, 1362, Cidade Universitária, Butantã, São Paulo-SP, CEP:05508-070 - Tel: 3091 4380/4381 - 3814-5789- email: sintusp@sintusp.org.br – site: www.sintusp.org.br